

STJ00118589

3ª EDIÇÃO

SÉRGIO REBOUÇAS

CURSO DE
DIREITO
PROCESSUAL PENAL

ATUALIZADO DE ACORDO COM:

- LEI 13.964/2019 - "LEI ANTICRIME"
- LEI 13.869/2019 - CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE
- LEI 14.155/2021 - COMPETÊNCIA TERRITORIAL NO ESTELIONATO
- LEI 14.245/2021 - "LEI MARIANA FERRER"
- LEI 14.188/2021, LEI 13.984/2020 E LEI 13.827/2019 - NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
- LEI 14.365/2022 - DISPOSIÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA CRIMINAL
- LEI 14.550/2023 - MEDIDAS PROTETIVAS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 115/2022 - DIREITO À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS
- JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ ATÉ MAIO DE 2023



3ª EDIÇÃO,
REVISTA,
AMPLIADA E
ATUALIZADA



Conselho Editorial
Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Bárbara Rodrigues

Diagramação
Nori Firmo de Assis

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora.
Copyright © 2022, Sérgio Rebouças.

São Paulo
Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista –
São Paulo - SP, CEP 01311-940

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

J96 Rebouças, Sérgio
Curso de direito processual penal, volume 1 / Sérgio Rebouças. - 3. ed. rev.
ampl. atual. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2023.
1386 p.

ISBN 978-65-5589-812-5

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDDir: 341.43

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



SUMÁRIO

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	33	2. O pretense “sistema misto”.....	50
APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO	35	3. Garantismo penal e modelo acusatório: sistema de garantias do processo penal.....	51
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	36	2. SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	54
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	38	SEÇÃO I	
1. FUNDAMENTOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	39	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E LEIS DE REFORMA	54
SEÇÃO I		1. Histórico.....	54
COMPREENSÃO SISTÊMICA DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	39	2. Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689/1941).....	56
1. Conceito e objeto.....	39	SEÇÃO II	
2. O Direito Processual Penal como parte do Sistema Penal.....	40	ORDEM CONSTITUCIONAL CONSTITUIÇÃO DE 1988	57
2.1. O sistema e a relação jurídica processual penal.....	40	3. O paradigma garantista consagrado na ordem jurídica brasileira.....	57
2.2. O processo penal como procedimento e como relação jurídica.....	42	4. As garantias constitucionais do processo penal brasileiro próprias do modelo acusatório.....	60
3. O direito processual penal como ramo do direito processual.....	44	SEÇÃO III	
SEÇÃO II		ORDEM INTERNACIONAL INCORPORADA AO DIREITO BRASILEIRO	61
SISTEMAS DO PROCESSO PENAL	44	1. A internacionalização dos direitos humanos.....	62
1. O sistema acusatório e o sistema inquisitório.....	44	2. A perspectiva internacional da Constituição do Brasil.....	62
1.1. Características teóricas e características tradicionais.....	44	3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o status	
1.2. Notícia histórica.....	48		

normativo da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.....	64	SEÇÃO VII GARANTIA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO (NEMO TENETUR SE DETEGERE) E DIREITO AO SILÊNCIO.....	95
4. As garantias processuais penais próprias do modelo acusatório na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.....	68	TÓPICO ESPECIAL GARANTIA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO E RECUSA A TESTES DE DETECÇÃO ALCOÓLICA: DIREITO BRASILEIRO E DIREITO COMPARADO.....	100
SEÇÃO IV MODELO DE PROCESSO PENAL ADOTADO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA.....	70	SEÇÃO VIII INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS.....	104
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	73	SEÇÃO IX GARANTIA CONTRA A REVISÃO CRIMINAL PRO SOCIETATE: PROIBIÇÃO DO DUPLO PROCESSO PELOS MESMOS FATOS.....	105
SEÇÃO I DEVIDO PROCESSO LEGAL E DEVIDO PROCESSO PENAL.....	74	SEÇÃO X RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....	110
SEÇÃO II CONTRADITÓRIO.....	76	SEÇÃO XI LEGALIDADE E CONTROLE JUDICIAL DA PRISÃO PROVISÓRIA.....	112
SEÇÃO III AMPLA DEFESA.....	78	SEÇÃO XII DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	113
SEÇÃO IV SEPARAÇÃO ENTRE JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	81	SEÇÃO XIII PUBLICIDADE.....	114
SEÇÃO V JUÍZO NATURAL.....	83	SEÇÃO XIV MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PENAIS.....	115
1. Conceito.....	83	4. INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	118
2. Origens.....	83	SEÇÃO I INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	118
3. Dimensões.....	85	SEÇÃO II APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO.....	120
SEÇÃO VI PRESUNÇÃO OU ESTADO DE INOCÊNCIA (OU DE NÃO CULPABILIDADE).....	86	SEÇÃO III APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO.....	121
1. Terminologia e breve notícia histórica.....	86	1. Direito processual penal intertemporal: imediatidade e tempus regit actum.....	121
2. Conteúdo e dimensões.....	87	2. Normas de conteúdo misto ou híbrido, penal e processual penal.....	123
2.1. Regra de tratamento.....	88	SEÇÃO IV APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL A TITULARES DE IMUNIDADES.....	125
2.1.1. Execução antecipada ou provisória da pena aplicada em acórdão de tribunal de segunda instância, na pendência de recurso especial e/ou extraordinário.....	89	1. Considerações iniciais.....	125
2.1.2. Execução antecipada ou provisória da pena igual ou superior a 15 (quinze) anos aplicada em sentença do Tribunal do Júri (art. 492, caput, I, e, e § 3º, CPP).....	92	2. Imunidades constitucionais e legais.....	126
2.2. Regra de julgamento.....	94		

2.1. Imunidade (processual) do Presidente da República.....	126	4.4. Ouvida do ofendido (art. 6º, IV, CPP) e de testemunhas.....	148
2.2. Imunidade (processual) parlamentar: a imposição de prisão provisória ou de outra medida cautelar pessoal a Deputados e Senadores.....	127	4.5. Ouvida do investigado ou indiciado (art. 6º, V, CPP).....	148
2.2.1. Medidas cautelares prisionais e não prisionais: art. 53, § 2º, CF, e ADI 5.521/DF, STF.....	127	4.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações (art. 6º, VI, CPP).....	149
2.2.2. Suspensão do processo penal (art. 53, § 4º, CF) e extensão das imunidades a Deputados Estaduais.....	133	4.7. Exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias aplicáveis (art. 6º, VII, CPP).....	150
2.3. Prerrogativas processuais do Juiz, do membro do Ministério Público e do Advogado.....	134	4.8. Identificação do investigado (art. 6º, VIII, CPP).....	151
3. Imunidades regidas pelo Direito Internacional.....	134	4.9. Averiguação da vida pregressa do investigado (art. 6º, IX, CPP).....	155
3.1. Imunidade do chefe de Estado, do chefe de governo e dos ministros de relações exteriores.....	134	4.10. Reprodução simulada dos fatos (art. 7º, CPP).....	156
3.2. Imunidade do diplomata.....	135	4.11. Informações sobre a existência de filhos do preso (art. 6º, X, CPP).....	156
3.3. Imunidade do cônsul.....	137	5. Incomunicabilidade do investigado preso durante o inquérito: incompatibilidade com a ordem constitucional.....	157
3.4. Imunidade dos funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU).....	138	6. Características do inquérito policial.....	157
3.5. Imunidade perante Cortes Penais Internacionais?.....	138	7. Sigilo do inquérito policial e de outros procedimentos de investigação.....	160
5. PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E JUIZ DAS GARANTIAS.....	139	8. Notícia de crime e início do inquérito policial.....	163
SEÇÃO I		9. Indiciamento.....	168
INQUÉRITO POLICIAL: INVESTIGAÇÃO PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	139	10. Relatório.....	171
1. Persecução penal, investigação e inquérito policial.....	139	11. Prazos para o encerramento do inquérito policial.....	172
2. Polícia judiciária e inquérito policial.....	140	12. Arquivamento do inquérito policial.....	175
3. Autoridade policial e delegado de polícia.....	143	12.1. Considerações iniciais: o novo e o antigo modelo de arquivamento. Suspensão da eficácia do novo procedimento de arquivamento instituído no art. 28 do Código de Processo Penal pela Lei 13.964/2019 (medida cautelar na ADI 6.305, STF).....	175
4. Discricionariedade do delegado de polícia.....	144	12.2. Hipóteses de arquivamento.....	177
4.1. Presença no local do crime (<i>locus commissi delicti</i>) (art. 6º, I, CPP).....	146	12.3. O modelo de arquivamento antigo, ainda vigente... (art. 28, CPP).....	179
4.2. Busca e apreensão dos instrumentos do crime e de outros objetos que interessarem à prova (art. 6º, II, CPP).....	147	12.3.1. Aspectos gerais: promoção privativa do Ministério Público e decisão judicial.....	179
4.3. Coleta de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias (art. 6º, III, CPP).....	147	12.3.2. Procedimento.....	180
		12.3.3. Decisão de arquivamento.....	184
		12.3.4. Inadmissibilidade do arquivamento implícito.....	191
		12.3.5. Pedido indireto de arquivamento.....	192

12.4. O novo procedimento de arquivamento do inquérito policial, objeto do art. 28 do CPP com redação determinada pela Lei nº 13.964/2019.....	193	1.3. Sentido e alcance da expressão juiz das garantias. Características do sistema.....	217
12.4.1. Características essenciais: ato administrativo complexo, reservado exclusivamente ao Ministério Público, com direito da vítima à revisão.....	193	1.3.1. Funções exclusivamente de controle da legalidade de medidas invasivas a direitos e garantias individuais objeto de proteção normativa especial e de reserva de jurisdição (art. 3º-A, CPP).....	218
12.4.2. Atribuições para ordenar e para homologar o arquivamento nas diversas instituições do Ministério Público.....	197	1.3.2. Separação entre o juiz da fase investigativa (pré-processual) e o juiz do processo penal (art. 3º-D, CPP): juiz das garantias e juiz da instrução e julgamento.....	218
12.4.3. Características e efeitos da promoção de arquivamento homologada pela instância revisora no âmbito do Ministério Público.....	200	1.4. “Ministério Público das Garantias”? “Defensor Público das Garantias”?.....	220
12.4.4. Arquivamento implícito?.....	204	2. Referências no direito comparado.....	221
12.4.5. Arquivamento indireto?.....	205	3. Competência do juiz das garantias.....	222
SEÇÃO II		3.1. Aspectos gerais sobre a competência do juiz das garantias.....	222
PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	207	3.1.1. Designação do juiz das garantias em cada órgão jurisdicional penal: leis de organização judiciária.....	222
SEÇÃO III		3.1.2. Fase pré-processual: âmbito investigativo e postulatório anterior à efetiva instauração do processo penal.....	222
OUTROS PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO.....	209	3.1.3. Âmbito de aplicabilidade: juízo criminal singular da Justiça Comum, a Estadual e a Federal, da Justiça Eleitoral (?) e da Justiça Militar (?); tribunais (?).....	224
1. Inquérito parlamentar: investigação por Comissões Parlamentares de Inquérito.....	209	3.1.4. Aplicabilidade a investigações e a processos penais em curso?.....	230
2. Inquérito policial militar.....	210	3.1.5. Competência jurisdicional: atuação provocada.....	231
3. Inquérito civil público.....	211	3.2. Competência delimitada.....	232
4. Investigação por agentes fiscais integrantes do Poder Executivo.....	211	3.2.1. Destinatário da comunicação imediata da prisão (art. 3º-B, caput, I, CPP).....	232
4.1. Investigação por autoridades fazendárias.....	212	3.2.2. Controle de legalidade da prisão em flagrante (art. 3º-B, caput, II, e § 1º, CPP).....	232
4.2. Investigação por agentes do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.....	213	3.2.3. Garantia dos direitos do preso (art. 3º-B, caput, III, e art. 3º-F, CPP).....	233
4.3. Atribuições de relevância investigativa do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).....	214	3.2.4. Destinatário da comunicação sobre a instauração de investigação criminal (art. 3º-B, caput, IV, CPP).....	233
4.4. Investigação por agentes ambientais.....	215	3.2.5. Apreciação de pedido de decretação de prisão provisória ou de outra medida cautelar (art. 3º-B, caput, V, e § 1º, CPP).....	234
SEÇÃO IV		3.2.6. Prorrogação, substituição e revogação de prisão provisória ou outra medida cautelar (art. 3º-B, caput, VI, CPP).....	235
JUIZ DAS GARANTIAS: CONTROLE JUDICIAL DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PRELIMINAR.....	215	3.2.7. Apreciação de pedido de produção de prova antecipada e não repetível (art. 3º-B, caput, VII, CPP).....	236
1. O sistema de Juiz das Garantias objeto dos artigos 3º-A a 3º-F do Código de Processo Penal.....	215	3.2.8. Prorrogação do prazo de duração do inquérito policial, quando o investigado estiver preso (art. 3º-B, caput, VIII, e § 2º, CPP).....	238
1.1. A sistemática da legislação de reforma e a vinculação do juiz das garantias à fase pré-processual.....	215		
1.2. A implantação do sistema no processo penal brasileiro: suspensão da eficácia dos artigos 3º-A a 3º-F do Código de Processo Penal (Medida Cautelar nas ADI's 6.298, 6.299 e 6.300, STF).....	216		

3.2.9. Trancamento do inquérito policial (art. 3º-B, caput, IX, CPP).....	238
3.2.10. Requisição de documentos, laudos e informações sobre o andamento da investigação (art. 3º-B, caput, X, CPP).....	239
3.2.11. Apreciação de pedidos de: a) interceptação de comunicações telefônicas, telemáticas ou eletrônicas; b) afastamento de sigilo financeiro, fiscal, telefônico ou de dados; c) busca e apreensão domiciliar; d) acesso a informações sigilosas; e) outros meios de obtenção de prova restritivos de direitos fundamentais do investigado (art. 3º-B, caput, XI, CPP).....	240
3.2.12. Processo e julgamento de habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia e de competência de juízo de primeira instância (art. 3º-B, caput, XII, CPP).....	241
3.2.13. Instauração de incidente de insanidade mental (art. 3º-B, caput, XIII, CPP).....	242
3.2.14. Juízo de admissibilidade da denúncia ou da queixa (art. 3º-B, caput, XIV, CPP).....	242
3.2.15. Garantia do direito do investigado e do seu defensor de acesso aos elementos informativos e provas produzidos no âmbito da investigação criminal (art. 3º-B, caput, XV, CPP).....	242
3.2.16. Apreciação de pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia (art. 3º-B, caput, XVI, CPP).....	243
3.2.17. Homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação (art. 3º-B, caput, XVII, CPP).....	243
3.2.18. Outras matérias afetas ao controle de legalidade da investigação criminal e à salvaguarda de direitos individuais do investigado (art. 3º-B, XVIII, CPP).....	243
SEÇÃO V	
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	244
1. O Acordo de não persecução penal no contexto da justiça negociada: características gerais.....	244
2. Sistemática.....	247
3. Questão de direito intertemporal: aplicabilidade retroativa do art. 28-A do Código de Processo Penal. Para além da retroatividade: o alcance da negociabilidade da não persecução penal.....	248
4. Aplicabilidade: requisitos objetivos e subjetivos. Condições objetivas e subjetivas.....	251
4.1. Âmbito material de aplicabilidade: infração penal dolosa praticada sem violência ou grave ameaça à pessoa, com pena mínima continuada inferior a 4 (quatro) anos (art. 28-A, caput, CPP).....	251
4.2. Parâmetros objetivos de não aplicabilidade do acordo de não persecução penal: requisitos negativos (art. 28-A, § 2º, CPP).....	253
4.2.1. Cabimento de transação penal (art. 28-A, § 2º, I, CPP).....	253
4.2.2. Reincidência ou conduta criminal habitual, reiterada ou profissional (art. 28-A, § 2º, II, CPP).....	254
4.2.3. Aplicação anterior do mesmo benefício, de transação penal ou de suspensão condicional do processo nos 5 (cinco) anos anteriores ao suposto cometimento da infração (art. 28-A, § 2º, III, CPP).....	256
4.2.4. Crime praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor (art. 28-A, § 2º, IV, CPP).....	256
4.2.5. Outros impedimentos? Impossibilidade de criação abstrata de vedações pelo Ministério Público.....	258
4.3. Parâmetros discricionários de não aplicabilidade do acordo de não persecução penal.....	259
4.3.1. Pressuposto: existência de justa causa para a ação penal (art. 28-A, caput, CPP).....	259
4.3.2. Necessidade e suficiência para reprovação e prevenção do crime (art. 28-A, caput, CPP).....	260
4.4. Discricionariedade do Ministério Público ou direito subjetivo do imputado?.....	261
4.5. Exigência de confissão formal e circunstanciada (art. 28-A, caput, CPP): requisito para a proposta ou condição do acordo?.....	263
4.6. Condições (art. 28-A, caput, I a V, CPP).....	266
4.6.1. Reparação do dano ou restituição da coisa (art. 28-A, caput, I, CPP).....	266
4.6.2. Renúncia voluntária a ativos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime (art. 28-A, caput, II, CPP).....	267
4.6.3. Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 28-A, caput, III, CPP).....	269
4.6.4. Prestação pecuniária (art. 28-A, caput, IV, CPP).....	269

4.6.5. Outra condição indicada pelo Ministério Público, proporcional e adequada à infração imputada (art. 28-A, caput, V, CPP)	269
5. Negociação, homologação, execução, rescisão e efeitos do Acordo 270	
5.1. Iniciativa para a proposta. Recusa da proposta e controle interno no âmbito do Ministério Público. Negociação e formalização do acordo.....	270
5.2. Homologação e controle judicial da voluntariedade do imputado, da legalidade do acordo e da higidez, adequação e suficiência das condições negociadas.....	272
5.3. Execução do acordo.....	273
5.4. Anulação, revisão e rescisão do acordo.....	273
5.5. Efeitos.....	274
6. AÇÃO PENAL	275
SEÇÃO I	
CONCEITO E CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL	275
1. Conceito de ação penal.....	275
1.1. A pretensão e a ação civil.....	275
1.2. A pretensão punitiva e a ação penal.....	276
2. Condições essenciais da ação penal.....	278
2.1. Considerações iniciais.....	278
2.2. O regime específico das condições de admissibilidade da ação penal	279
2.2.1. Legitimidade.....	279
2.2.2. Justa causa em sentido estrito.....	281
2.2.3. Interesse: necessidade, utilidade e adequação.....	283
2.2.4. Mérito da hipótese acusatória deduzida na ação penal: impossibilidade jurídica da causa de pedir (ou do pedido).....	285
2.3. Consequências jurídicas da carência de ação.....	286
3. Início da ação e do processo penal.....	290
SEÇÃO II	
AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA	293
1. Classificação.....	294
2. Princípios da ação penal de iniciativa pública.....	295
2.1. Princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade.....	295
2.2. Princípio da intranscendência.....	296
2.3. Princípio da indivisibilidade?	297
3. Espécies de ação penal de iniciativa pública: incondicionada e condicionada.....	300
3.1. Ação penal pública condicionada à representação.....	300
3.1.1. Exercício da representação: conceito, legitimidade, forma e prazo decadencial	300
3.1.2. Retratabilidade e renúncia.....	302
3.2. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	304
4. Atuação do ofendido na ação penal de iniciativa pública.....	305
5. Controle especial da inércia do Ministério Público: “ação penal pública subsidiária da pública”?	305
6. Denúncia.....	306
6.1. Conceito e características.....	306
6.2. Imputação do fato (<i>imputatio facti</i>).....	307
6.2.1. Inadmissibilidade da imputação alternativa.....	308
6.2.2. Individualização de cada conduta na hipótese de pluralidade de imputados.....	309
6.3. Identificação e individualização do denunciado.....	314
6.4. Imputação ou classificação jurídico-penal (<i>imputatio juris</i>).....	314
6.5. Ônus: apresentação de rol de testemunhas numéricas e indicação de outros meios de prova.....	315
6.6. Regularidade formal da denúncia e aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	316
6.7. Prazos.....	316
6.8. Aditamento à denúncia.....	318
SEÇÃO III	
AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA	319
1. Conceito e elementos essenciais.....	319
1.1. Legitimidade ativa.....	319
1.2. Hipóteses especiais de representação legal e judicial do ofendido no âmbito da ação penal de iniciativa privada.....	321
2. Espécies de ação penal de iniciativa privada.....	321
2.1. Ação penal privada privativa ou exclusiva.....	321
2.2. Ação penal privada personalíssima.....	322
2.3. Atuação do Ministério Público na ação penal privada exclusiva e na ação penal privada personalíssima.....	322

2.4. Ação penal privada subsidiária da pública.....	323	perante o juízo cível (impedimento	
2.4.1. Conceito e elementos essenciais.....	323	ou não da ação civil ex delicto).....	349
2.4.2. Atuação do Ministério Público		4.1. Absolvição criminal com coisa julgada	
na ação penal privada subsidiária da pública.....	326	na esfera civil.....	349
3. Queixa.....	328	4.1.1. Reconhecimento categórico	
3.1. Conceito e elementos essenciais.....	328	da inexistência do fato ou da ausência de autoria	
3.2. Prazo decadencial e termos iniciais.....	328	ou participação do imputado.....	349
4. Aditamento à queixa.....	331	4.1.2. Reconhecimento categórico	
4.1. Aditamento à queixa pelo ofendido.....	331	de causa excludente da ilicitude.....	350
4.2. Aditamento à queixa		4.2. Absolvição criminal sem coisa julgada	
pelo Ministério Público.....	331	na esfera civil.....	351
5. Princípios da ação penal		4.2.1. Falta de prova da existência do fato	
de iniciativa privada.....	332	ou da autoria ou participação do imputado.....	351
5.1. Princípio da indivisibilidade.....	332	4.2.2. Atipicidade penal.....	351
5.2. Princípios da oportunidade		4.2.3. Falta de prova suficiente para	
e da disponibilidade.....	334	a condenação (in dubio pro reo).....	352
6. Causas de extinção da		4.2.4. Exclusão da culpabilidade.....	353
punibilidade associadas à ação penal		4.3. Outras decisões jurisdicionais penais	
de iniciativa privada.....	334	sem efeito de coisa julgada no âmbito civil.....	353
6.1. Decadência.....	334	8. COMPETÊNCIA PENAL.....	355
6.2. Renúncia.....	335	SEÇÃO I	
6.3. Desistência.....	336	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	355
6.4. Perdão.....	337	1. Conceito de competência.....	355
6.5. Perempção.....	339	2. Princípio do juízo natural.....	356
7. Legitimidade alternativa.....	340	SEÇÃO II	
8. “Ação penal adesiva”.....	340	COMPETÊNCIA PELA MATÉRIA	
7. AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	341	(RATIONE MATERIAE).....	357
1. Conceito.....	341	Considerações gerais.....	357
2. Ação civil ex delicto como		SUBSEÇÃO I	
ação de execução (art. 63, CPP).....	342	COMPETÊNCIA DE JUSTIÇA	
2.1. Independência relativa entre juízo penal		EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	358
e juízo civil e certificação da existência do dano		1. Considerações iniciais.....	358
na sentença penal condenatória definitiva.....	342	2. Competência da Justiça	
2.2. Liquidação e fixação de valor		Comum Estadual.....	359
mínimo na sentença penal condenatória		3. Competência da Justiça	
(artigos 63, parágrafo único, e 387, IV, CPP).....	343	Comum Federal.....	359
2.3. Legitimidade para a ação civil na hipótese		3.1. Estrutura da Justiça Comum Federal.....	359
de hipossuficiência do ofendido.....	347	3.2. Competência material da Justiça	
2.4. Execução da sentença homologatória		Comum Federal.....	360
de composição civil dos danos		3.2.1. Crimes políticos	
no procedimento sumaríssimo.....	347	(art. 109, IV, 1a parte, CF).....	361
3. Ação civil ex delicto como ação		3.2.2. Crimes cometidos em detrimento	
de conhecimento (Art. 64, CPP).....	348	de bens, serviços e interesse da União ou	
4. Absolvição e ação civil: a coisa		de autarquia ou empresa pública federal	
julgada da sentença penal absolutória		(art. 109, IV, 2a parte, CF).....	362
		3.2.3. Crimes transnacionais previstos	
		em tratados ou convenções internacionais	
		(art. 109, V, CF).....	369

3.2.4. Crimes contra a organização do trabalho (art. 109,VI, 1ª parte, CF).....	371	a crimes imputados a organizações criminosas (art. 1º, Lei nº 12.694/2019).....	396
3.2.5. Crimes contra o sistema financeiro e contra a ordem econômico-financeira (art. 109,VI, 2ª parte, CF).....	372	1.4.2. Juízos criminais colegiados (“Varas Criminais Colegiadas”) competentes para o processo e julgamento de crimes relacionados a organizações criminosas armadas, do crime de constituição de milícia privada e das infrações penais conexas (art. 1º-A, Lei nº 12.694/2012, incluído pela Lei nº 13.964/2019).....	397
3.2.6. Crimes cometidos a bordo de navios ou de aeronaves (art. 109, IX, CF).....	374	2. Competência de juízo em razão da matéria estabelecida pelas Leis de Organização Judiciária.....	397
3.2.7. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (art. 109, X, CF).....	375	3. Competência de juízo em razão da natureza da infração: resoluções de tribunais.....	398
3.2.8. Crimes envolvendo disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CF).....	376	SUBSEÇÃO III	
3.3. Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal.....	377	INCOMPETÊNCIA SUPERVENIENTE EM RAZÃO DA MATÉRIA: DESCLASSIFICAÇÃO	399
4. Competência pela matéria da Justiça Eleitoral.....	378	SEÇÃO III	
5. Competência pela matéria da Justiça Militar.....	379	COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO (RATIONE MUNERIS OU RATIONE PERSONAE)	401
5.1. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados.....	379	1. Considerações iniciais sobre o foro especial por prerrogativa de função.....	401
5.2. Competência geral da Justiça Militar.....	380	2. Regra da atualidade e limitação do foro especial aos crimes em tese praticados durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas.....	403
5.3. Competência pela matéria da Justiça Militar da União.....	382	2.1. Abrangência material do foro especial por prerrogativa de função: atos praticados durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas.....	403
5.4. Competência pela matéria da Justiça Militar dos Estados.....	383	2.2. Marco temporal de fixação definitiva da competência por prerrogativa de função.....	411
5.5. Conexão entre crime militar e crime comum: separação de processos.....	384	2.3. Aplicação do entendimento fixado na AP 937 QO (STF) aos processos em curso.....	412
SUBSEÇÃO II		3. Competência por prerrogativa de função e Competência do Tribunal do Júri.....	413
COMPETÊNCIA DE JUÍZO EM RAZÃO DA MATÉRIA	384	4. Competência para a supervisão de procedimento investigativo criminal.....	413
1. Competência de Juízo em razão da matéria estabelecida pelo Código de Processo Penal e pela Legislação Processual Penal Especial.....	384	5. Competência por prerrogativa de função no âmbito da exceção da verdade oposta em processo por crime contra a honra.....	415
1.1. Competência do Tribunal do Júri (Constituição e Código de Processo Penal).....	384	6. Hipóteses constitucionais de competência originária.....	416
1.1.1. Características e hipóteses de competência do Tribunal do Júri.....	384		
1.1.2. Incompetência superveniente do Tribunal do Júri (art. 74, § 3º, CPP).....	388		
1.2. Competência dos Juizados Especiais Criminais (Constituição e Lei nº 9.099/1995).....	389		
1.3. Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/2006).....	393		
1.4. Competência de juízos colegiados no âmbito dos processos que envolvam organizações criminosas (Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 13.964/2019).....	395		
1.4.1. Juízo colegiado formado pelo juiz do procedimento ou do processo penal e por outros dois juízes, no âmbito da persecução relacionada			

6.1. Competência penal originária do Supremo Tribunal Federal.....	416	3.2. Repercussões temporais do novo critério de competência (art. 70, § 4º, CPP).....	433
6.2. Competência penal originária do Superior Tribunal de Justiça.....	417	SUBSEÇÃO III	
6.3. Competência penal originária do Superior Tribunal Militar.....	418	CRITÉRIOS ESPECIAIS DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	435
6.4. Inexistência de competência penal originária do Tribunal Superior Eleitoral.....	418	SEÇÃO V	
6.5. Competência penal originária dos Tribunais Regionais Federais.....	419	COMPETÊNCIA POR DISTRIBUIÇÃO.....	437
6.6. Competência penal originária dos Tribunais de Justiça.....	420	SEÇÃO VI	
6.7. Competência penal originária dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	423	DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA SEGUNDO OS DIVERSOS CRITÉRIOS NORMATIVOS, ATÉ O DA DISTRIBUIÇÃO: ROTEIRO ANALÍTICO.....	439
SEÇÃO IV		SEÇÃO VII	
COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	424	COMPETÊNCIA POR PREVENÇÃO.....	442
Considerações gerais.....	424	SEÇÃO VIII	
SUBSEÇÃO I		MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA: CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	443
COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO (RATIONE LOCI).....	424	1. Considerações iniciais.....	443
1. Critérios gerais da competência pelo lugar da infração.....	424	2. Conexão.....	443
2. Competência pelo lugar da infração penal no âmbito dos juizados especiais criminais.....	428	3. Continência.....	446
3. Hipóteses de reconhecimento jurisprudencial da competência territorial pelo critério da atividade ou pelo da ubiquidade.....	428	4. Efeitos da conexão e da continência: unidade de processo e de julgamento (regra).....	447
SUBSEÇÃO II		4.1. Regra da unidade e foro de atração.....	447
COMPETÊNCIA PELO DOMICÍLIO DO ACUSADO OU DA VÍTIMA (RATIONE DOMICILII).....	429	4.2. Avocação de processos e limite temporal para a aplicação da regra da unidade.....	452
1. Ação penal de iniciativa pública e ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública: subsidiariedade.....	429	4.3. Regra da unidade e absolvição ou desclassificação parcial.....	453
2. Ação penal de exclusiva iniciativa privada: alternatividade.....	430	5. Exceções impositivas (Art. 79, CPP) e permissivas (Art. 80, CPP) da separação dos processos.....	455
3. Crime de estelionato praticado por depósito, transferência de valores ou emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos ou com pagamento frustrado: domicílio da vítima (art. 70, § 4º, CPP).....	430	5.1. Separação obrigatória.....	455
3.1. Sentido e alcance da norma de competência do art. 70, § 4º, do CPP (instituída pela Lei 14.155/2021): contexto da fraude eletrônica.....	430	5.2. Separação facultativa.....	457
		9. QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	459
		1. Conceito e classificação doutrinária.....	459
		1.1. Delimitação conceitual das questões prejudiciais.....	459
		1.2. Classificação doutrinária.....	460
		1.2.1. Questões prejudiciais: homogêneas e heterogêneas.....	460
		1.2.2. Questões prejudiciais: devolutivas (absolutas ou relativas) e não devolutivas.....	461
		2. Questões prejudiciais heterogêneas de devolução obrigatória (art. 92, CPP).....	461
		3. Questões prejudiciais heterogêneas de devolução facultativa (art. 93, CPP).....	464

3.1. Repercussão da controvérsia na própria existência da infração penal	465	3.4. Competência dos Tribunais de Justiça	484
3.2. Controvérsia sobre questão diversa da relativa ao estado civil das pessoas	467	4. Procedimento	485
3.3. Existência de ação civil que tenha por objeto a questão prejudicial	467	SEÇÃO III	
3.4. Controvérsia de difícil solução	467	CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	486
3.5. Questão que não versa sobre direito cuja prova a lei civil limite	467	1. Conceito	486
10. INCIDENTES PROCESSUAIS	469	2. Hipóteses de conflito	486
SEÇÃO I		2.1. Conflito de atribuições entre órgãos da mesma instituição do Ministério Público	486
EXCEÇÕES	469	2.2. Conflito de atribuições entre órgãos de diferentes instituições do Ministério Público	487
Considerações iniciais	469	SEÇÃO IV	
1. Exceção de suspeição	469	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	489
1.1. Conceito e características gerais	469	1. Sentido e alcance	489
1.2. Legitimidade ativa e passiva	470	2. Aplicabilidade e procedimento do incidente de restituição	491
1.3. Oportunidade para a arguição	471	SEÇÃO V	
1.4. Procedimento	471	INCIDENTE DE FALSIDADE	493
1.5. Efeitos do reconhecimento da suspeição, em sede de exceção ou de <i>habeas corpus</i>	473	SEÇÃO VI	
1.6. Exceção de suspeição de magistrado integrante de tribunal	474	INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL	494
2. Exceção de incompatibilidade e exceção de impedimento	474	1. Sentido e finalidades	494
3. Exceção de incompetência	475	2. Doença mental ao tempo da conduta imputada: inimputabilidade ou semi-imputabilidade	495
3.1. Cabimento, oportunidade e procedimento	475	2.1. Inimputabilidade por doença mental (art. 26, caput, CP)	495
3.2. Efeitos da decisão proferida na exceção de incompetência	476	2.2. Semi-imputabilidade por perturbação mental (art. 26, parágrafo único, CP)	495
3.2.1. Efeitos do reconhecimento da incompetência, na exceção (incompetência relativa) ou fora dela (incompetência absoluta): nulidade e ratificação de atos	476	3. Superveniência de doença mental	496
3.2.2. Decisão de improcedência da exceção	478	4. Oportunidade, iniciativa e procedimento	497
4. Exceção de litispendência	478	11. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DE ATIVOS	499
5. Exceção de coisa julgada	479	Considerações iniciais sobre o processo penal cautelar e sobre a sistemática das medidas assecuratórias patrimoniais	499
6. Exceção de ilegitimidade de parte	481	SEÇÃO I	
SEÇÃO II		SEQUESTRO	501
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	482	1. Sequestro no Código de Processo Penal	501
1. Conceito e características gerais	482	1.1. Conceito, objeto e finalidades	501
2. Iniciativa	483	1.2. Requisitos	502
3. Competência	483	1.3. Iniciativa e oportunidade para o sequestro	502
3.1. Competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, o, CF)	484	1.4. Execução do sequestro de bens imóveis	503
3.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, d, CF)	484	1.5. Contraditório prévio	504
3.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, I, e, CF)	484		

1.6. Contraditório diferido: embargos.....	504	1. Acepções e finalidades.....	529
1.7. Levantamento do sequestro.....	507	1.1. Prova como atividade.....	530
1.8. Destinação dos bens sequestrados.....	507	1.2. Prova como instrumento.....	530
2. Sequestro no Decreto-lei		1.3. Prova como resultado.....	531
n° 3.240/1941.....	509	2. Verdade e certeza.....	531
2.1. Sentido e alcance.....	509	3. Prova indiciária.....	533
2.2. Pressupostos, requisitos, iniciativa,		4. Sistemas de valoração da prova.....	535
contraditório, execução, prazo e destinação.....	510	4.1. Espécies.....	535
3. Sequestro na Lei n° 9.613/1998		4.1.1. Sistema da íntima convicção.....	535
(art. 4°, caput) e em outras leis especiais.....	512	4.1.2. Sistema da prova legal	
3.1. Pressupostos, requisitos e abrangência.....	512	ou da prova tarifada.....	536
3.2. Iniciativa.....	514	4.1.3. Sistema do livre convencimento	
3.3. Liberação total ou parcial		motivado ou da persuasão racional.....	537
(art. 4°, § 2°, Lei n° 9.613/1998) e destinação		4.2. Sistema do livre convencimento	
dos valores constrictos.....	515	motivado no processo penal brasileiro.....	538
4. Impugnação cabível contra a decisão		4.2.1. Prova e elemento informativo.....	539
que determinar a medida assecuratória,		4.2.2. Provas cautelares, provas antecipadas	
contra a que indeferir o pedido de		e provas irrepetíveis.....	541
decretação da medida e contra a que		SUBSEÇÃO II	
indeferir o pedido de liberação de		ÔNUS DA PROVA.....	547
ativos constrictos.....	516	1. Conceito e natureza jurídica.....	547
SEÇÃO II		2. Ônus da prova do acusador e garantia	
ARRESTO E HIPOTECA LEGAL.....	517	do estado de inocência: a prova do fato	
1. Arresto no Código		constitutivo de crime e da autoria ou	
de Processo Penal.....	517	participação do imputado.....	547
1.1. Conceito e finalidades: diferença		3. Ônus da prova de fatos relacionados	
entre arresto e sequestro.....	517	a excludentes de ilicitude ou de	
1.2. Arresto de bens imóveis e hipoteca legal.....	518	culpabilidade.....	549
1.2.1. Conceito, legitimidade e requisitos.....	518	SUBSEÇÃO III	
1.2.2. Especialização e registro da hipoteca.....	520	INICIATIVA INSTRUTÓRIA DO JUIZ.....	552
1.3. Arresto de bens móveis.....	522	SEÇÃO II	
1.4. Contraditório: cabimento de embargos		PROVAS ILÍCITAS E PROVAS DERIVADAS	
no âmbito do arresto e da hipoteca legal.....	523	DE ILÍCITAS.....	558
1.5. Levantamento do arresto ou da hipoteca e		1. Conceito e regime jurídico	
destinação dos bens arrestados ou hipotecados.....	523	da prova ilícita originária.....	558
2. Arresto na Lei n° 9.613/1998		1.1. Previsão constitucional e legal.....	558
(art. 4°, § 4°).....	525	1.2. Prova ilícita e prova ilegítima.....	559
SEÇÃO III		1.3. Fundamento do princípio de	
ALIENAÇÃO ANTECIPADA.....	525	inadmissibilidade ou de exclusão: a	
12. PROVA.....	529	jurisprudência da Suprema Corte norte-	
SEÇÃO I		americana e a do Supremo Tribunal Federal.....	561
TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL.....	529	1.3.1. ● caso Boyd vs. United States (1886).....	562
SUBSEÇÃO I		1.3.2. ● caso Weeks vs. United States	
CONCEITO E SISTEMAS DE VALORAÇÃO		(1914) e o fundamento da regra de exclusão:	
DA PROVA.....	529	efeito dissuasório contra práticas ilícitas.....	562
		1.3.3. Limites da regra de exclusão no direito	
		dos Estados Unidos da América.....	564

1.3.4. Limites à regra da inadmissibilidade na ordem jurídica brasileira.....	566
1.4. Desentranhamento e inutilização da prova: a consequência material da inadmissibilidade das provas ilícitas e das derivadas de ilícitas.....	575
2. Prova derivada de ilícita.....	577
2.1. Conceito e regime jurídico.....	577
2.2. A regra de exclusão da prova derivada de ilícita na jurisprudência norte-americana: o caso <i>Silverthorne vs. United States</i> (1920).....	578
2.3. Limites ao princípio de inadmissibilidade das provas derivadas de ilícitas na jurisprudência norte-americana e na ordem jurídica brasileira.....	579
2.3.1. Considerações iniciais.....	579
2.3.2. Fonte independente (independent source) na jurisprudência norte-americana.....	580
2.3.3. Fonte independente na ordem jurídica brasileira.....	582
2.3.4. Descoberta inevitável (inevitable discovery) na jurisprudência norte-americana: o caso <i>Nix vs. Williams</i> (<i>Williams II</i>) (1984).....	583
2.3.5. A descoberta inevitável na ordem jurídica brasileira.....	585
2.3.6. A doutrina da atenuação da causalidade (purged taint ou attenuated connection).....	586
SEÇÃO III	
PROVA EMPRESTADA.....	588
SEÇÃO IV	
PROVAS EM ESPÉCIE: MEIOS DE PROVA.....	591
SUBSEÇÃO I	
PROVA PERICIAL.....	592
1. Características gerais da prova pericial.....	592
2. Exame de corpo de delito.....	593
2.1. Conceito, objeto, aplicabilidade e valor probatório do exame de corpo de delito.....	593
2.2. Exame de corpo de delito direto e exame de corpo de delito indireto.....	595
2.3. Suprimento do exame de corpo de delito pelo corpo de delito indireto.....	596
3. Cadeia de custódia.....	597
3.1. Conceito de cadeia de custódia e consequências da quebra da cadeia de custódia.....	597
3.2. Etapas da cadeia de custódia.....	600
4. Execução do exame de corpo de delito e de outras perícias.....	603
5. Disciplina normativa da produção de prova pericial.....	605
6. Prova pericial durante o processo penal.....	608
7. O laudo pericial.....	609
7.1. Características gerais.....	609
7.2. Momento da juntada do laudo de exame de corpo de delito.....	610
8. Exame cadavérico.....	611
8.1. Objeto e características gerais.....	611
8.2. Exumação do cadáver.....	613
9. Exame complementar no âmbito das lesões corporais.....	613
10. Exame do local.....	614
11. Exame de laboratório.....	615
12. Exame de furto qualificado.....	615
13. Exame de avaliação.....	616
14. Exame de incêndio.....	616
15. Exame de reconhecimento de escritos: perícia grafotécnica.....	616
16. Exame de instrumentos da infração.....	618
SUBSEÇÃO II	
DECLARAÇÕES DO OFENDIDO.....	620
SUBSEÇÃO III	
PROVA TESTEMUNHAL.....	622
1. Conceito de testemunha: sentido, alcance e limitações probatórias.....	622
1.1. Conceito de testemunha e formas de testemunho.....	622
1.2. A falibilidade da prova testemunhal e o problema das falsas memórias.....	624
1.3. Cautelas legais.....	627
2. Espécies de testemunhas.....	627
2.1. Testemunhas numerárias.....	627
2.2. Testemunhas extranumerárias.....	628
2.2.1. Testemunhas extranumerárias indicadas pelas partes.....	628
2.2.2. Testemunhas extranumerárias do juízo.....	628
2.2.3. Testemunhas extranumerárias referidas.....	629
3. Obrigação, dispensa e proibição de depor.....	629
3.1. Obrigação de depor.....	629
3.2. Dispensa e proibição de depor.....	629
3.2.1. Dispensa de depor.....	629
3.2.2. Proibição de depor.....	630

4. Cautelas legais prévias à audiência: incomunicabilidade relativa entre as testemunhas	631	3.2. Qualificação e identificação do acusado no interrogatório.....	660
5. Inquirição da testemunha em audiência	631	3.3. Procedimento judicial após a qualificação e antes do interrogatório.....	661
5.1. A oralidade do depoimento.....	631	3.4. Procedimento judicial durante o interrogatório.....	662
5.2. Antes do depoimento: qualificação e contradita ou arguição de parcialidade ou indignidade.....	634	3.5. Primeira parte do interrogatório.....	662
5.3. Procedimento da inquirição: o método do exame direto e cruzado.....	636	3.6. Segunda parte do interrogatório.....	662
5.4. Presença do acusado na audiência reservada à inquirição de testemunhas.....	640	3.7. Presença e colaboração das partes.....	663
5.4.1. Garantia de presença como forma de autodefesa.....	640	3.8. Participação da defesa técnica de um acusado no interrogatório de outro acusado.....	663
5.4.2. Afastamento excepcional do acusado.....	641	4. Momento do interrogatório.....	665
5.5. Direito ao confronto.....	642	5. Lugar do interrogatório e interrogatório por videoconferência.....	665
5.6. Inquirição de testemunhas especiais.....	644	5.1. Regime jurídico geral.....	665
5.7. Inquirição por carta precatória e por videoconferência.....	645	5.2. Interrogatório por videoconferência.....	667
5.7.1. Inquirição em sede de carta precatória.....	645	6. Interrogatório de acusados especiais.....	669
5.7.2. Inquirição por videoconferência.....	646	SUBSEÇÃO VII CONFISSÃO	669
6. Prova testemunhal por meio de carta rogatória.....	646	1. Conceito e características da confissão.....	669
7. Controle judicial da veracidade do depoimento.....	647	2. Elementos Modificativos da Confissão.....	672
8. Antecipação de prova testemunhal.....	647	SUBSEÇÃO VIII PROVA DOCUMENTAL	673
8.1. Aplicabilidade da antecipação de prova testemunhal em geral.....	647	1. Sentido e alcance.....	673
8.2. Aplicabilidade da antecipação de prova testemunhal na hipótese do art. 366 do CPP.....	648	2. Cartas particulares.....	674
8.3. Procedimento.....	649	3. Documentos em língua estrangeira.....	675
SUBSEÇÃO IV ACAREAÇÃO	650	4. Autenticidade do documento particular.....	675
SUBSEÇÃO V RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS	651	5. Oportunidade para a produção de prova documental pelas partes.....	675
1. Conceito e procedimento.....	651	6. Iniciativa do juiz para a produção de prova documental.....	675
2. Reconhecimento de pessoa por videoconferência.....	656	SEÇÃO V PROVAS EM ESPÉCIE: MEIOS OCULTOS DE OBTENÇÃO DE PROVA E TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO	676
SUBSEÇÃO VI INTERROGATÓRIO	657	SUBSEÇÃO I BUSCA E APREENSÃO	676
1. Sentido e alcance.....	657	1. Sentido e alcance.....	676
2. Características do interrogatório.....	658	2. Busca domiciliar.....	677
3. Partes do interrogatório: abrangência e procedimento.....	659	2.1. Inviolabilidade domiciliar e limites da busca.....	677
3.1. Aspectos gerais.....	659	2.1.1. Ingresso no domicílio e autorização judicial: pressupostos e requisitos para a ordem	

judicial de busca domiciliar, como meio oculto de obtenção de prova	677	7. Competência	722
2.1.2. O consentimento do morador.....	681	8. Pressupostos e requisitos da interceptação telefônica.....	723
2.2. Busca em escritórios de advocacia.....	687	9. Limites formais e temporais: forma de execução, prazo e prorrogação.....	725
2.3. Procedimento.....	689	9.1. Limites formais.....	725
2.3.1. Inicial e procedimento de autorização.....	689	9.2. Limites temporais.....	726
2.3.2. Procedimento de execução.....	690	10. Procedimento de execução da medida pela polícia.....	728
2.4. Finalidades.....	692	11. Inutilização da gravação que não interessar à prova.....	730
2.4.1. Prisão de criminosos.....	693	12. Interceptação das comunicações telefônicas ou telemáticas e quebra do sigilo de dados telefônicos ou telemáticos.....	730
2.4.2. Apreensão de coisas achadas ou obtidas por meios criminosos e de instrumentos do crime.....	693	SUBSEÇÃO IV	
2.4.3. Descoberta de objetos necessários à prova de infração penal ou à defesa do acusado e coleta de qualquer elemento de convicção.....	694	INTERCEPTAÇÃO AMBIENTAL	734
2.4.4. Apreensão de cartas particulares.....	694	1. Interceptação ambiental, escuta ambiental e gravação ambiental.....	734
2.4.5. Proteção à vítima.....	696	2. Aplicabilidade e regime jurídico.....	735
2.5. Ingresso no domicílio em caso de flagrante delito.....	696	3. Meio ambiente e contexto de intimidade.....	738
2.6. Requisitos intrínsecos do mandado de busca domiciliar.....	698	4. Interceptação das comunicações entre advogado e cliente.....	739
2.7. Encontro fortuito de provas ou serendipidade.....	700	SUBSEÇÃO V	
3. Busca pessoal.....	702	ACESSO A DADOS CADASTRAIS E A REGISTROS TELEFÔNICOS (LEI 12.850/2013 E LEI 13.344/2016)	740
4. Cumprimento do mandado de busca após seguimento do imputado.....	704	SUBSEÇÃO VI	
SUBSEÇÃO II		LOCALIZAÇÃO DA VÍTIMA OU DO SUSPEITO DO CRIME EM CURSO, MEDIANTE SINAIS OU OUTROS MEIOS TÉCNICOS (ART. 13-B, CPP, INCLUÍDO PELA LEI 13.344/2016)	742
TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO	705	SUBSEÇÃO VII	
SUBSEÇÃO III		AFASTAMENTO DO SIGILO FINANCEIRO E DO SIGILO FISCAL	744
INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA E ACESSO A REGISTROS TELEFÔNICOS E TELEMÁTICOS	706	1. Sentido e alcance da proteção constitucional ao sigilo financeiro.....	744
1. Afastamento excepcional da inviolabilidade das comunicações telefônicas e telemáticas: interceptação de conversas e acesso a registros de dados telefônicos ou telemáticos.....	706	2. Afastamento excepcional do sigilo financeiro: reserva de jurisdição?.....	744
2. Interceptação telefônica, escuta telefônica e gravação telefônica.....	710	3. Afastamento do sigilo fiscal.....	747
3. Interceptação das comunicações telemáticas e acesso a dados telemáticos.....	714	SUBSEÇÃO VIII	
4. Encontro fortuito de provas ou serendipidade.....	715	COLABORAÇÃO PREMIADA	747
5. Comunicação telefônica e telemática entre advogado e cliente.....	718	1. Sentido e alcance.....	747
6. Iniciativa.....	720	1.1. Designação legal: diferença entre delação e colaboração.....	748

1.2. Origens.....	748	8. Procedimento do acordo	
1.3. Crítica de parte da doutrina ao instituto da		de colaboração premiada	768
colaboração premiada. Expansão descontrolada		8.1. Iniciativa e negociação	768
do emprego da técnica. Reação legislativa		8.2. Homologação.....	771
representada pela Lei nº 13.964/2019	749	8.3. Cumprimento do acordo homologado	773
2. Previsão no direito brasileiro:		8.4. Aplicação do prêmio.....	774
evolução da disciplina normativa		9. Anulação, retratação, revisão	
da colaboração premiada na ordem		e rescisão: aplicabilidade e efeitos	775
jurídica nacional.....	751	SUBSEÇÃO IX	
2.1. Crimes hediondos e equiparados		AÇÃO CONTROLADA.....	776
a hediondos (Lei nº 8.072/1990).....	751	SUBSEÇÃO X	
2.2. Crimes contra o sistema financeiro nacional		INFILTRAÇÃO.....	779
(Lei nº 7.492/1986, alterada pela Lei nº		1. Sentido, alcance e aplicabilidade	779
9.080/1995) e crimes contra a ordem tributária,		2. Pressupostos e requisitos.....	780
contra a ordem econômica e contra as relações		3. Iniciativa.....	780
de consumo (Lei nº 8.137/1990, alterada pela		4. Sigilo.....	781
Lei nº 9.080/1995).....	751	5. Limites temporais: duração	
2.3. Extorsão mediante sequestro		da infiltração.....	782
(Lei nº 9.269/1996).....	752	6. Limites materiais: prática	
2.4. Crimes de lavagem de capitais (Lei nº		de crime pelo agente infiltrado.....	782
9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012).....	752	7. Infiltração virtual	783
2.5. Lei nº 9.807/1999: programa de proteção		13. SUJEITOS DO PROCESSO PENAL 786	
a vítimas, testemunhas e colaboradores.....	753	Considerações iniciais.....	786
2.6. Crimes de drogas (Lei nº 11.343/2006).....	754	SEÇÃO I	
2.7. O acordo de leniência		JUIZ.....	786
(Lei nº 12.529/2011).....	755	1. Conceito.....	786
2.8. Organizações criminosas		2. Funções do juiz no processo penal	787
(Lei nº 12.850/2013).....	755	3. Juízes integrantes do Poder	
3. Aplicabilidade do regime		Judiciário do Brasil.....	787
de colaboração premiada objeto		3.1. Justiça Comum.....	788
da Lei nº 12.850/2013, alterada pela		3.1.1. Justiça Comum Federal.....	788
Lei nº 13.964/2019	756	3.1.2. Justiça Comum Estadual	788
4. Natureza e valor probatório		3.1.3. Superior Tribunal de Justiça.....	788
da colaboração premiada.....	758	3.2. Justiça Militar.....	788
5. Oportunidade, formas e resultados.....	761	3.2.1. Justiça Militar da União	788
6. Pressupostos e requisitos.....	762	3.2.2. Justiça Militar dos Estados.....	789
7. Prêmios legais.....	763	3.3. Justiça Eleitoral.....	789
7.1. Considerações gerais sobre		3.4. Supremo Tribunal Federal.....	789
os prêmios aplicáveis: reforço da taxatividade		4. Impedimento e suspeição de juízes.....	789
pela Lei nº 13.964/2019.....	763	4.1. Impedimento de juízes	
7.2. Não oferecimento da denúncia		(artigos 252 e 253, CPP).....	790
(art. 4º, §§ 4º e 4º-A, Lei nº 12.850/2013).....	764	4.1.1. Sentido, alcance e efeitos.....	790
7.3. Perdão judicial (art. 4º, caput,		4.1.2. Hipóteses legais de impedimento.....	790
e §§ 4º e 5º, Lei nº 12.850/2013)	765		
7.4. Redução de pena e substituição			
da pena privativa de liberdade por pena			
restritiva de direitos	766		
7.5. Prêmios aplicáveis na fase de execução			
penal (art. 4º, § 5º, Lei nº 12.850/2013): redução			
da pena até metade e progressão de regime.....	766		

4.2. Suspeição de juízes (art. 254, CPP).....	794	SUBSEÇÃO II	
4.2.1. Sentido, alcance e efeitos.....	794	DEFENSOR	817
4.2.2. Hipóteses legais de suspeição.....	795	1. Sentido e alcance.....	817
4.2.3. Hipótese de não reconhecimento da suspeição (art. 256, CPP).....	801	2. Espécies de defensor e indisponibilidade da defesa técnica.....	819
4.3. Incompatibilidade e motivo de foro íntimo.....	801	2.1. Defensor constituído.....	819
5. Jurado do Tribunal do Júri.....	802	2.2. Defensor dativo (ou defensor nomeado).....	819
5.1. Conceito e regime jurídico.....	802	2.3. Defensor ad hoc.....	821
5.2. Alistamento e obrigatoriedade do serviço do júri.....	802	3. Impedimento do defensor (art. 267, CPP).....	822
5.3. Impedimento e suspeição de jurados (artigos 447 a 451, CPP).....	804	SEÇÃO IV	
5.4. Recusa imotivada de jurados.....	805	OFENDIDO E ASSISTENTE	823
SEÇÃO II		1. O perfil normativo tradicional do ofendido.....	823
MINISTÉRIO PÚBLICO	806	2. Novo paradigma normativo.....	823
1. Perfil institucional do Ministério Público.....	806	3. O regime jurídico introduzido pela Lei n° 11.690/2008.....	825
2. Atribuições dos órgãos do Ministério Público.....	806	3.1. Ofendido a serviço da justiça (art. 201, caput e § 1º, CPP).....	825
3. Estrutura orgânica do Ministério Público.....	807	3.2. Informação, participação e reparação (art. 201, §§ 2º e 3º, CPP; art. 6º, VII, Lei n° 13.344/2016).....	825
3.1. Ministério Público da União.....	807	3.3. Proteção (art. 201, §§ 4º e 6º, CPP; Lei n° 11.340/2006; Lei n° 9.807/1999; art. 6º, II e IV, Lei n° 13.344/2016; Lei n° 14.245/2021).....	827
3.1.1. Ministério Público Federal.....	808	3.4. Assistência (art. 201, § 5º, CPP; Lei n° 11.340/2006; Lei n° 9.807/1999; art. 6º, I, III, V e VI, Lei n° 13.344/2016).....	831
3.1.2. Ministério Público Militar.....	808	4. Assistente	832
3.2. Ministério Público Estadual.....	809	4.1. Aplicabilidade da habilitação do ofendido como assistente.....	832
4. Princípio do promotor ou do procurador natural.....	809	4.2. Aplicabilidade da habilitação de outros sujeitos como assistentes.....	833
5. O Ministério Público no processo penal.....	810	4.3. Oportunidade da admissão do assistente.....	834
5.1. Funções do Ministério Público na fase pré-processual.....	810	4.4. Faculdades processuais do assistente.....	835
5.2. Funções do Ministério Público na ação penal.....	811	SEÇÃO V	
5.3. O Ministério Público como titular da ação penal pública: parte imparcial?.....	811	SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	836
5.4. Impedimento e suspeição de membros do Ministério Público.....	813	SEÇÃO VI	
SEÇÃO III		PERITOS E INTÉRPRETES	837
ACUSADO E DEFENSOR	814	14. MEDIDAS CAUTELARES DE CARÁTER PESSOAL	839
SUBSEÇÃO I		SEÇÃO I	
ACUSADO	814	TEORIA GERAL DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS	839
1. Sentido e alcance.....	814	1. Sistemática.....	839
2. Identificação do acusado.....	815		
3. Impossibilidade de condução coercitiva do acusado.....	816		

2. Princípios associados às medidas cautelares no processo penal.....	842
2.1. Princípio da necessidade.....	842
2.1.1. Sentido e alcance.....	842
2.1.2. Necessidade das medidas cautelares de constrictão pessoal: desdobramentos.....	843
2.2. Princípio da adequação.....	845
2.3. Princípio da proporcionalidade em sentido estrito.....	847
SEÇÃO II	
MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS DIVERSAS DA PRISÃO.....	848
1. Aplicabilidade.....	848
1.1. Medida cautelar pessoal originária: providência autônoma.....	849
1.1.1. Aspectos gerais.....	849
1.1.2. Iniciativa (art. 282, § 2º, CPP).....	849
1.1.3. Contraditório prévio (art. 282, § 3º, CPP).....	851
1.2. Medida cautelar pessoal alternativa à conversão da prisão em flagrante em preventiva (art. 310, <i>caput</i> , II, CPP).....	851
1.3. Medida cautelar pessoal substitutiva da prisão preventiva (artigos 316 e 282, § 5º, CPP).....	854
1.3.1. Aplicabilidade.....	854
1.3.2. Hipótese de imposição de medida cautelar pelo tribunal que conceder liberdade em sede de habeas corpus.....	855
2. Substituição, cumulação e revogação de medidas cautelares pessoais diversas da prisão.....	857
2.1. Substituição (art. 282, §§ 4º e 5º, CPP).....	857
2.2. Cumulação (art. 282, §§ 1º e 4º, CPP).....	858
2.3. Revogação (art. 282, § 5º, CPP).....	858
3. Consequências do descumprimento da medida cautelar pessoal diversa da prisão.....	858
4. Espécies de medidas cautelares diversas da prisão.....	858
4.1. Medidas destinadas à garantia da aplicação da lei penal (art. 319, I, VIII e IX, e art. 320, CPP).....	859
4.1.1. Comparecimento periódico em juízo (art. 319, I, CPP).....	859
4.1.2. Fiança (art. 319, VIII, CPP).....	860
4.1.3. Monitoração eletrônica (art. 319, IX, CPP).....	860
4.1.4. Proibição de ausentar-se do país (art. 320, CPP).....	861
4.2. Medidas destinadas à garantia da investigação e da instrução criminal (art. 319, IV e VIII, CPP).....	861
4.3. Medidas destinadas à prevenção da prática de infrações penais (art. 319, II, V, VI e VII, CPP).....	862
4.3.1. Proibição de frequência a determinados lugares (art. 319, II, CPP).....	862
4.3.2. Proibição de contato com pessoa determinada (art. 319, III, CPP).....	863
4.3.3. Recolhimento domiciliar no período noturno (art. 319, V, CPP).....	863
4.3.4. Suspensão temporária de função pública ou de atividade econômica ou financeira (art. 319, VI, CPP).....	864
4.3.5. Internação provisória (art. 319, VII, CPP).....	865
5. Impugnação da decisão judicial que impõe medida cautelar pessoal diversa da prisão.....	867
SEÇÃO III	
MEDIDAS CAUTELARES PRISIONAIS: PRISÃO PROVISÓRIA.....	868
1. Princípios e regras gerais aplicáveis à prisão provisória.....	868
1.1. Estado ou presunção de inocência (ou de não culpabilidade): regra de tratamento.....	868
1.1.1. Sentido e alcance da regra de tratamento.....	868
1.1.2. Efeito suspensivo de recurso especial e de recurso extraordinário interposto contra acórdão condenatório.....	869
1.1.3. Efeito suspensivo da apelação contra decisão condenatória do Tribunal do Júri.....	870
1.1.4. Princípio da correlação: prisão preventiva e superveniência de sentença fixando regime inicial semiaberto ou aberto.....	871
1.1.5. Antecipação cautelar de benefícios da execução penal.....	873
1.2. Controle judicial da prisão e motivação do ato que decreta a medida.....	874
1.3. Imediata comunicação da prisão e presença perante o juiz.....	875
1.4. Dia e horário da prisão.....	875
1.5. Limites materiais ao cumprimento da prisão: o emprego de força e o uso de algemas.....	875
1.6. Mandado de prisão: requisitos intrínsecos, cumprimento e registro.....	876
1.6.1. Mandado de prisão: conceito e requisitos intrínsecos.....	876
1.6.2. Cumprimento do mandado de prisão.....	877
1.6.3. Registro e autenticidade do mandado de prisão.....	879

1.6.4. Cumprimento do mandado após perseguição.....	880	6.3.4. Inafiançabilidade originária no âmbito extrapenal (art. 324, II, CPP).....	909
1.6.5. Cumprimento do mandado e inviolabilidade domiciliar.....	881	6.3.5. Inafiançabilidade superveniente (art. 324, I e IV, CPP).....	910
1.7. Prisão especial.....	882	6.3.6. Dosimetria do valor da fiança (artigos 325 e 326, CPP).....	911
1.7.1. Contexto, conceito e alcance.....	882	6.3.7. Oportunidade para a prestação de fiança (art. 334, CPP).....	913
1.7.2. Beneficiários de prisão especial.....	884	6.3.8. Reforço da fiança (art. 340, CPP).....	913
1.7.3. Sala de Estado Maior.....	885	6.3.9. Forma de pagamento do valor da fiança (art. 331, CPP).....	914
SUBSEÇÃO I		6.3.10. Competência jurisdicional e atribuição policial para a concessão de liberdade provisória mediante fiança.....	914
PRISÃO EM FLAGRANTE E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	886	6.3.11. Procedimento da liberdade provisória mediante o pagamento de fiança.....	915
1. Sentido e alcance da prisão em flagrante.....	886	6.3.12. Dispensa da fiança e aplicação alternativa de outra medida cautelar.....	916
2. Hipóteses legais de flagrante: estados de flagrância delitiva.....	887	6.3.13. Quebra da fiança (artigos 341 a 343, CPP).....	916
2.1. Flagrante próprio (art. 302, I e II, CPP).....	887	6.3.14. Cassação da fiança (artigos 338 e 339, CPP).....	918
2.2. Flagrante impróprio (art. 302, III, CPP).....	887	6.3.15. Perda do valor da fiança (artigos 344 e 345, CPP).....	919
2.3. Flagrante presumido (art. 302, IV, CPP).....	888	6.3.16. Destinação do valor da fiança ao final do processo (artigos 345 a 349, CPP).....	919
2.4. Inadmissibilidade do flagrante em caso de apresentação espontânea.....	888	SUBSEÇÃO II	
2.5. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303, CPP) e nos crimes habituais.....	889	PRISÃO PREVENTIVA.....	920
3. Legalidade e ilegalidade da prisão em flagrante.....	889	1. Conceito e elementos essenciais.....	920
3.1. Flagrante preparado ou provocado.....	890	2. Oportunidade e iniciativa para a decretação da prisão preventiva, originária (art. 312, CPP) ou derivada de conversão de flagrante (art. 310, caput, II, CPP).....	921
3.2. Flagrante esperado.....	891	3. Prazo.....	924
3.3. “Flagrante forjado”.....	891	4. Espécies.....	926
3.4. Flagrante diferido, postergado ou retardado.....	891	4.1. Prisão preventiva originária (art. 312 c/c art. 313 c/c art. 282, § 6º, CPP).....	926
4. Auto de prisão em flagrante: aplicabilidade, formalidades e procedimento.....	892	4.1.1. Pressupostos e motivos: justa causa e necessidade específica da prisão preventiva.....	926
5. Comunicação da prisão em flagrante e direito de presença perante o juiz.....	896	4.1.2. Garantia da ordem pública.....	928
5.1. Exigência de comunicação imediata: sentido, finalidades e alcance do controle judicial.....	896	4.1.3. Garantia da instrução processual penal.....	930
5.2. Direito de presença perante o juiz: a audiência de custódia.....	897	4.1.4. Garantia de aplicação da lei penal.....	931
6. Liberdade provisória.....	900	4.2. Pressupostos de admissibilidade da prisão preventiva (art. 313, CPP).....	933
6.1. Conceito, natureza, sentido e alcance.....	900	4.2.1. Crimes dolosos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos (art. 313, I, CPP).....	934
6.2. Liberdade provisória sem fiança.....	902	4.2.2. Reincidência em crime doloso (art. 313, II, CPP).....	936
6.3. Liberdade provisória com fiança.....	905		
6.3.1. Regime jurídico.....	905		
6.3.2. Concessão de liberdade mediante fiança pela autoridade policial (art. 322, CPP).....	906		
6.3.3. Inafiançabilidade originária: hipóteses constitucionais e legais.....	908		

4.2.3. Prisão preventiva derivada: crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar (art. 313, III, CPP).....	937
4.2.4. Dúvida sobre a identidade civil (art. 313, § 1º, CPP).....	937
4.3. Prisão preventiva derivada: descumprimento de medida cautelar (art. 282, § 4º, e art. 312, parágrafo único, CPP) e conversão de prisão em flagrante (art. 310, caput, inciso II, CPP).....	938
4.3.1. Prisão preventiva na hipótese de descumprimento de medida cautelar pessoal alternativa (art. 282, § 4º, art. 312, § 1º, e art. 313, III, CPP).....	938
4.3.2. Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva (art. 310, caput, II, CPP).....	940
5. Prisão preventiva decretada ou mantida na sentença condenatória recorrível ou na decisão de pronúncia.....	942
6. Motivação da decisão que decreta ou mantém a prisão preventiva (artigos 312, § 2º, e 315, CPP).....	944
7. Revogação (art. 316, CPP).....	946
SUBSEÇÃO III	
PRISÃO DOMICILIAR	947
1. Sentido e alcance: forma excepcional de substituição de prisão preventiva.....	948
2. Hipóteses de prisão domiciliar.....	949
SUBSEÇÃO IV	
PRISÃO TEMPORÁRIA	952
1. Sentido e alcance.....	952
2. Hipóteses.....	952
2.1. <i>Fumus commissi delicti</i> : o pressuposto indiciário quanto à prática de crimes considerados particularmente graves (art. 1º, III, Lei nº 7.960/1989).....	954
2.2. <i>Perculum libertatis</i> : a necessidade cautelar.....	958
3. Iniciativa para postular a prisão temporária.....	959
4. Controle judicial e execução da medida prisional.....	959
5. Prazos.....	961
5.1. Aspectos gerais.....	961
5.2. Prazo da prisão temporária e prazo do inquérito policial.....	962
SUBSEÇÃO V	
PRISÃO PARA FINS DE EXTRADIÇÃO	962
15. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	965
Considerações iniciais.....	965
SEÇÃO I	
CITAÇÃO	965
1. Sentido, alcance e efeitos.....	965
2. Formas de citação.....	967
2.1. Citação real.....	967
2.1.1. Citação por mandado diretamente expedido por ordem do juízo da causa.....	967
2.1.2. Citação por carta precatória.....	969
2.1.3. Citação por carta de ordem.....	970
2.1.4. Formas especiais de citação pessoal.....	970
2.2. Citação ficta.....	972
2.2.1. Citação com hora certa.....	973
2.2.2. Citação por edital.....	975
SEÇÃO II	
INTIMAÇÃO	979
1. Intimação e notificação.....	979
2. A intimação do Ministério Público e a do querelante.....	980
3. A intimação do ofendido na ação penal de iniciativa pública.....	981
4. A intimação do acusado e a do seu defensor.....	981
5. A intimação da testemunha e a do perito ou intérprete.....	982
6. Intimação na hipótese de decisão imediata.....	983
16. SENTENÇA PENAL	984
Considerações iniciais.....	984
SEÇÃO I	
SENTENÇA	984
1. Conceito e partes.....	984
1.1. Conceito de sentença penal.....	984
1.2. Partes da sentença penal.....	985
1.2.1. Relatório (art. 381, I e II, CPP).....	985
1.2.2. Motivação e fundamentação (art. 381, III, CPP).....	985
1.2.3. Dispositivo (art. 381, V, CPP).....	987
1.2.4. Autenticação (art. 381, VI, CPP).....	987
2. Publicação e registro da sentença.....	988
3. Intimação da sentença.....	989
4. Coisa julgada.....	991

4.1. Conceito: coisa julgada material e coisa julgada formal.....	991	2. Hipótese de sentença condenatória mesmo diante de pedido de absolvição formulado pelo Ministério Público (art. 385, CPP).....	1008
4.2. Coisa julgada pro et contra, coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	992	3. Correção e modificação da acusação: <i>emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i>	1011
SUBSEÇÃO I		3.1. Emendatio libelli (art. 383, CPP).....	1011
SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA	993	3.1.1. Sentido e alcance.....	1011
1. Conceito.....	993	3.1.2. Contraditório prévio.....	1013
2. Fundamentos de absolvição.....	993	3.1.3. Oportunidade.....	1015
2.1. Existência material do fato (art. 386, I e II, CPP).....	993	3.1.4. Aplicabilidade em segunda instância.....	1018
2.2. Autoria ou participação do imputado no fato (art. 386, IV, V e VII, CPP).....	994	3.2. Mutatio libelli (art. 384, CPP).....	1018
2.3. Tipicidade penal do fato (art. 386, III, CPP).....	995	3.2.1. Sentido e alcance.....	1018
2.4. Exclusão da ilicitude ou da culpabilidade (art. 386, VI, CPP).....	996	3.2.2. Mutatio libelli e correlação entre acusação e sentença.....	1020
3. Efeitos imediatos da sentença penal absolutória.....	996	3.2.3. Aplicabilidade da mutatio libelli.....	1022
4. Absolvição imprópria.....	997	3.2.4. Hipóteses especiais de mutatio libelli: modificação de crime culposo para crime doloso, de crime consumado para crime tentado, de autoria para participação, ou vice-versa.....	1023
SUBSEÇÃO II		3.2.5. Oportunidade e procedimento da mutatio libelli.....	1025
SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	997	3.2.6. Inaplicabilidade da mutatio libelli na segunda instância.....	1026
1. Conceito.....	997	17. PROCEDIMENTOS PENAIS	1027
2. Elementos da sentença penal condenatória.....	998	Introdução.....	1027
2.1. Fixação da pena-base (art. 59, CP).....	998	SEÇÃO I	
2.2. Atenuantes e agravantes.....	1001	PROCEDIMENTO COMUM	1028
2.3. Causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes) de pena.....	1003	1. Procedimento comum:	
2.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	1004	aspectos gerais.....	1028
2.5. Cômputo do tempo de prisão provisória na fixação do regime inicial.....	1004	1.1. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	1028
2.6. Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos ou por pena de multa.....	1005	1.2. Aplicabilidade geral dos ritos do procedimento comum.....	1029
2.7. Suspensão condicional da pena.....	1005	2. Procedimento comum ordinário.....	1030
2.8. Imposição de medidas cautelares na sentença penal condenatória.....	1005	2.1. Aplicabilidade.....	1030
2.9. Fixação de valor mínimo a título de reparação do dano.....	1006	2.2. Características e etapas procedimentais.....	1030
2.10. Publicação sobre a sentença condenatória em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência.....	1006	2.2.1. Características.....	1030
SEÇÃO II		2.2.2. Fase postulatória.....	1030
CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA	1007	2.2.3. Fase instrutória: audiência de instrução e julgamento.....	1041
1. A regra da correlação entre acusação e sentença.....	1007	2.2.4. Fase de debates e de julgamento: alegações finais e sentença.....	1047
		2.3. Síntese do procedimento comum ordinário.....	1051
		3. Procedimento comum sumário.....	1051
		3.1. Aplicabilidade.....	1051

3.2. Características e etapas procedimentais.....	1052	4.5. Desclassificação.....	1092
4. Procedimento comum		4.6. Mutatio libelli superveniente	
sumaríssimo.....	1055	à confirmação da pronúncia.....	1094
4.1. Contexto e significado.....	1055	4.7. Desaforamento.....	1094
4.2. Aplicabilidade.....	1056	5. Procedimento da fase de preparação	
4.2.1. Aspectos gerais: infrações		para o julgamento em plenário.....	1096
de menor potencial ofensivo e juizados		6. Procedimento da fase de julgamento	
especiais criminais.....	1056	em plenário (judicium causae).....	1098
4.2.2. Hipótese especial de aplicação		6.1. Organização da pauta de julgamentos.....	1098
do procedimento sumaríssimo:		6.2. Sorteio e convocação dos jurados para	
Lei nº 10.741/2003.....	1058	a reunião periódica.....	1099
4.3. Fase preliminar.....	1058	6.3. Composição do Tribunal do Júri.....	1100
4.3.1. Termo circunstanciado de ocorrência.....	1058	6.4. Providências prévias à abertura da sessão	
4.3.2. Audiência preliminar, composição civil		de julgamento.....	1101
dos danos e transação penal.....	1060	6.5. Instalação da sessão de julgamento.....	1104
4.3.3. Transação penal: natureza,		6.6. Instrução em plenário.....	1108
aplicabilidade, oportunidade, procedimento.....	1062	6.7. Debates.....	1112
4.3.4. Não oferecimento da transação		6.7.1. Aspectos gerais.....	1112
pelo titular da ação penal ou recusa da proposta		6.7.2. Regras do debate.....	1114
pelo imputado: oferecimento oral da denúncia		6.8. Julgamento.....	1116
ou da queixa e "citação".....	1071	6.8.1. Preliminares.....	1116
4.4. Síntese da fase preliminar.....	1072	6.8.2. Quesitos.....	1117
4.5. Fase de instrução.....	1073	6.8.3. Procedimento da votação.....	1124
SEÇÃO II		6.8.4. Sentença do juiz presidente.....	1126
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1076	6.9. Ata da sessão de julgamento.....	1128
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO II	
PROCEDIMENTO DO JÚRI.....	1076	PROCEDIMENTOS DE AÇÃO PENAL	
1. Princípios regentes da instituição		POR CRIME FUNCIONAL.....	1129
do júri.....	1076	1. Procedimento da ação penal	
2. Competência do Tribunal do Júri.....	1078	por crime funcional contra	
3. Fases do procedimento do júri.....	1079	a administração pública.....	1129
4. Procedimento da fase do juízo		2. Procedimento da ação penal por	
de admissibilidade da acusação		crime funcional imputado a prefeito ou	
(judicium accusationis).....	1079	vereador (Decreto-lei nº 201/1967).....	1133
4.1. Etapas postulatória e instrutória.....	1079	SUBSEÇÃO III	
4.2. Pronúncia.....	1082	PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL	
4.2.1. Sentido, alcance e efeitos.....	1082	POR CRIME CONTRA HONRA.....	1133
4.2.2. Providências sobre prisão		SUBSEÇÃO IV	
e liberdade na pronúncia.....	1085	PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME	
4.2.3. Índícios de autoria ou participação		CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.....	1135
contra terceiro.....	1086	1. Aplicabilidade.....	1135
4.2.4. Intimação sobre a pronúncia.....	1087	2. Procedimento.....	1135
4.3. Impronúncia.....	1087	2.1. Procedimento aplicável aos crimes contra	
4.4. Absolvição sumária.....	1089	a propriedade imaterial, no âmbito de ação	
4.4.1. Conceito.....	1089	penal privada.....	1135
4.4.2. Oportunidade.....	1089	2.2. Procedimento para os crimes	
4.4.3. Hipóteses.....	1090	de violação de direito autoral definidos	

no art. 184, §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal,
e demais crimes de ação penal pública.....1137

SUBSEÇÃO V

**PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA
ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/1990).....1138**

1. Aplicabilidade.....	1139
2. Procedimento.....	1139
2.1. Fase pré-processual.....	1139
2.1.1. Exigência de autorização e supervisão do tribunal competente para a ação penal.....	1139
2.1.2. Procedimento da fase pré-processual: características da supervisão exercida pelo relator.....	1141
2.1.3. Oferecimento da denúncia ou da queixa e resposta preliminar.....	1143
2.1.4. Deliberação do colegiado sobre a admissibilidade da ação penal.....	1144
2.1.5. Recebimento da denúncia e defesa prévia.....	1146
2.2. Fase de instrução.....	1148
2.3. Alegações finais e sessão de julgamento.....	1148

SUBSEÇÃO VI

**PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME
PRATICADO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
(LEI Nº 11.340/2006).....1150**

SUBSEÇÃO VII

**PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIMES
DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006).....1152**

SUBSEÇÃO VIII

**PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME
QUE ENVOLVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
(LEI Nº 12.850/2013).....1154**

18. NULIDADES.....1155

SEÇÃO I

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS GERAIS.....1155

1. Invalidade dos atos processuais.....	1155
2. Inexistência jurídica, nulidade e irregularidade.....	1156
2.1. Inexistência jurídica.....	1156
2.2. Irregularidade.....	1158
2.3. Nulidade.....	1159
3. Nulidade e ilicitude.....	1161
4. Nulidade absoluta.....	1162
5. Nulidade relativa.....	1164

SEÇÃO II

PRINCÍPIOS GERAIS.....1166

1. Princípio do prejuízo.....	1166
2. Efeitos da invalidação e princípio da causalidade.....	1166
3. Princípio do interesse.....	1169
4. Princípio da convalidação.....	1171
4.1. Sentido e alcance.....	1171
4.2. Hipótese especial de convalidação de nulidade absoluta.....	1172

19. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....1173

SEÇÃO I

**TEORIA GERAL DOS RECURSOS E DAS AÇÕES
AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....1173**

1. Conceito e fundamentos.....	1173
1.1. Fundamentos.....	1173
1.2. Meio voluntário de impugnação de decisão judicial.....	1174
1.3. Interposição antes da preclusão ou da coisa julgada.....	1175
1.4. Continuidade de relação jurídica preexistente.....	1175
2. A voluntariedade como característica essencial dos recursos e suas atenuações.....	1176
2.1. Necessidade do duplo grau de jurisdição (artigos 574 e 746, CPP).....	1177
2.2. Extensão dos efeitos de decisão proferida no recurso de corrêu (art. 580, CPP).....	1178
2.3. Princípio do favor rei ou favor libertatis.....	1178
2.4. Mitigação do ônus recursal pelo cabimento de ação autônoma de impugnação.....	1178
3. Classificação.....	1179
3.1. Extensão.....	1179
3.2. Fundamentos: fundamentação livre e fundamentação vinculada.....	1179
3.3. Recursos ordinários e recursos extraordinários.....	1180
4. Princípios.....	1181
4.1. Duplo grau de jurisdição.....	1181
4.2. Taxatividade.....	1181
4.3. Unirrecorribilidade.....	1182
4.4. Variabilidade e preclusão consumativa.....	1183
4.5. Complementaridade.....	1184
4.6. Fungibilidade.....	1185
4.7. Dialeciticidade.....	1187
4.8. Oportunidade e disponibilidade.....	1189

4.9. Personalidade e proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1192	5. Pressupostos de admissibilidade: regularidade formal e tempestividade.....	1215
4.9.1. Personalidade e vedação da <i>reformatio in pejus</i> direta.....	1192	6. Procedimento quanto à interposição e ao oferecimento de razões.....	1217
4.9.2. Vedação da <i>reformatio in pejus</i> indireta, inclusive no âmbito do Tribunal do Júri.....	1193	7. Competência.....	1220
5. Efeitos dos recursos.....	1196	8. Procedimento no tribunal.....	1221
6. Pressupostos e condições de admissibilidade.....	1197	8.1. Procedimento ordinário.....	1221
7. Decisões sujeitas a recurso.....	1198	8.2. Procedimento sumário.....	1223
SEÇÃO II		9. Efeitos.....	1223
RECURSOS EM ESPÉCIE.....	1200	9.1. Efeito devolutivo.....	1223
SUBSEÇÃO I		9.1.1. Devolutividade quanto à extensão.....	1223
APELAÇÃO.....	1200	9.1.2. Devolutividade quanto à profundidade.....	1225
1. Conceito e cabimento geral.....	1200	9.2. Efeito suspensivo.....	1226
2. Cabimento da apelação contra as decisões do júri.....	1201	9.2.1. Efeito suspensivo da apelação no regime geral.....	1226
2.1. Nulidade posterior à pronúncia (art. 593, III, a, CPP).....	1202	9.2.2. Efeito suspensivo da apelação contra a sentença do Tribunal do Júri.....	1227
2.2. Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou ao veredicto dos jurados (art. 593, III, b, CPP).....	1203	SUBSEÇÃO II	
2.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena (art. 593, III, c, CPP).....	1204	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	1229
2.4. Manifesta contrariedade à prova dos autos (art. 593, III, d, CPP).....	1204	1. Conceito.....	1229
2.4.1. O sentido e o alcance da hipótese de manifesta contrariedade à prova dos autos.....	1204	2. Condições e pressupostos de admissibilidade.....	1230
2.4.2. Julgamento por clemência e manifesta contrariedade à prova dos autos.....	1206	2.1. Cabimento.....	1230
2.4.3. Efeitos do reconhecimento da manifesta contrariedade do veredicto à prova dos autos: cassação e submissão do acusado a novo julgamento, sem a possibilidade de nova revisão (art. 593, § 3º, CPP).....	1209	2.1.1. Decisão de rejeição liminar da denúncia ou da queixa (art. 581, I, CPP).....	1230
2.5. A <i>reformatio in pejus</i> indireta no âmbito do recurso interposto contra a decisão do júri.....	1210	2.1.2. Decisão que concluir pela incompetência do juízo (art. 581, II, CPP).....	1232
3. Legitimidade para apelar.....	1210	2.1.3. Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III, CPP).....	1233
3.1. Legitimidade recursal plena das partes.....	1210	2.1.4. Decisão de pronúncia (art. 581, IV, CPP).....	1233
3.2. Legitimidade recursal supletiva do ofendido.....	1211	2.1.5. Decisão sobre fiança (art. 581, V, 1ª parte, e VII, CPP).....	1234
3.3. Legitimidade recursal autônoma do defensor técnico.....	1212	2.1.6. Decisão sobre prisão preventiva, liberdade provisória sem fiança e relaxamento de prisão em flagrante (art. 581, V, parte final, CPP).....	1236
3.4. Legitimidade recursal do Ministério Público no âmbito da ação penal de iniciativa privada.....	1212	2.1.7. Decisão de extinção da punibilidade e decisão de indeferimento de pleito de extinção da punibilidade (art. 581, VIII e IX, CPP).....	1237
3.5. “Legitimidade recursal do curador”.....	1213	2.1.8. Decisão concessiva ou denegatória de habeas corpus (art. 581, X, CPP).....	1239
4. Interesse de apelar.....	1213	2.1.9. Decisão declaratória de nulidade (art. 581, XIII, CPP).....	1240
		2.1.10. Decisão que incluir jurado na lista própria ou desta o excluir (art. 581, XIV, CPP).....	1241
		2.1.11. Decisão que nega seguimento a recurso de apelação (art. 581, XV, CPP).....	1242

2.1.12. Decisão de suspensão do processo por questão prejudicial (art. 581, XVI, CPP).....	1244
2.1.13. Decisão de suspensão condicional do processo (art. 89, Lei nº 9.099/1995) e decisão de suspensão do processo e do prazo prescricional na hipótese do art. 366 do CPP.....	1245
2.1.14. Decisão do incidente de falsidade (art. 581, XVIII, CPP).....	1245
2.1.15. Cabimento limitado do recurso em sentido estrito na hipótese do art. 581, XI, CPP – decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão da pena. Cabimento do recurso em sentido estrito contra a decisão relativa à suspensão condicional do processo.....	1245
2.1.16. Hipóteses tacitamente revogadas pelo art. 197 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): Art. 581, XI (parcialmente), XII, XVII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII, CPP. Cabimento atual do recurso de agravo na execução.....	1247
2.1.17. Hipótese revogada pela Lei nº 9.268/1996: “decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples” (art. 581, XXIV, CPP).....	1248
2.1.18. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (art. 581, XXV, CPP).....	1248
2.2. Legitimidade e interesse.....	1249
2.2.1. Legitimidade.....	1249
2.2.2. Interesse.....	1249
2.3. Pressupostos de admissibilidade.....	1250
3. Efeito suspensivo.....	1250
4. Competência.....	1252
5. Procedimento.....	1252
SUBSEÇÃO III	
CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	1255
SUBSEÇÃO IV	
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1256
1. Conceito.....	1256
2. Cabimento.....	1256
2.1. Decisões embargáveis.....	1256
2.2. Hipóteses de cabimento: vícios intrínsecos do julgado.....	1258
2.3. Embargos de declaração para fins de prequestionamento.....	1260
3. Legitimidade e interesse.....	1263
3.1. Legitimidade.....	1263
3.2. Interesse.....	1264
4. Competência.....	1264
5. Procedimento.....	1264
6. Efeitos da oposição dos embargos.....	1265
7. Efeitos da decisão proferida nos embargos.....	1266
SUBSEÇÃO V	
EMBARGOS INFRINGENTES.....	1267
1. Conceito.....	1267
2. Embargos infringentes em tribunal de segunda instância (art. 609, parágrafo único, CPP).....	1267
2.1. Cabimento.....	1267
2.2. Embargos infringentes contra a parte não unânime do acórdão: recurso especial e/ou extraordinário imediato contra a parte unânime?.....	1269
2.3. Não interrupção de prazo na hipótese de recurso inadmissível.....	1270
2.4. Legitimidade e interesse.....	1271
2.5. Pressupostos recursais: regularidade formal e tempestividade.....	1271
2.6. Competência.....	1271
2.7. Procedimento.....	1271
2.8. Efeitos.....	1272
3. Embargos infringentes no Supremo Tribunal Federal.....	1272
SUBSEÇÃO VI	
AGRAVO REGIMENTAL.....	1275
SUBSEÇÃO VII	
RECURSO EXTRAORDINÁRIO, RECURSO ESPECIAL E EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1276
1. Considerações iniciais.....	1276
2. Recurso Extraordinário.....	1277
2.1. Conceito e regime jurídico.....	1277
2.2. Condições e pressupostos de admissibilidade.....	1277
2.2.1. Cabimento.....	1277
2.2.2. A repercussão geral.....	1279
2.2.3. Exaurimento das instâncias ordinárias e prequestionamento.....	1280
2.2.4. Legitimidade.....	1280
2.2.5. Regularidade formal e procedimento.....	1281
2.3. Efeitos.....	1284
3. Recurso Especial.....	1285
3.1. Conceito e regime jurídico.....	1285
3.2. Condições e pressupostos de admissibilidade.....	1285
3.2.1. Cabimento.....	1285

3.2.2. Exaurimento das instâncias ordinárias e prequestionamento.....	1288	12. Procedimento (rito).....	1323
3.2.3. Legitimidade.....	1288	13. Decisão concessiva	
3.2.4. Regularidade formal e procedimento.....	1289	de habeas corpus e coisa julgada.....	1326
3.3. Efeitos.....	1290	13.1. Habeas corpus liberatório	
4. Embargos de Divergência.....	1290	e habeas corpus preventivo.....	1326
SEÇÃO III		13.2. Coisa julgada da decisão concessiva de <i>habeas corpus</i> destinado ao trancamento ou à anulação do processo penal.....	1328
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1292	13.3. Habeas corpus de ofício (Ex officio).....	1328
SUBSEÇÃO I		13.4. Extensão dos efeitos da decisão proferida no habeas corpus.....	1329
HABEAS CORPUS.....	1292	14. Decisão denegatória	
1. Conceito e previsão constitucional.....	1292	de habeas corpus.....	1329
2. Natureza jurídica.....	1292	15. Prejudicialidade do	
3. Espécies.....	1292	habeas corpus.....	1329
3.1. Habeas corpus para impugnação direta de medida de constrição pessoal.....	1293	16. Recurso ordinário	
3.1.1. Liberatório.....	1293	em habeas corpus.....	1329
3.1.2. Preventivo.....	1293	16.1. Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, II, a, CF).....	1331
3.2. Habeas corpus para impugnação de procedimento ou de ação penal.....	1295	16.2. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, II, a, CF).....	1333
4. Condições da ação		17. Habeas corpus substitutivo	
de habeas corpus.....	1295	de recurso ordinário.....	1335
4.1. Cabimento.....	1295	18. Habeas corpus “substitutivo”	
4.1.1. Vertente negativa.....	1296	de recurso especial?.....	1338
4.1.2. Vertente positiva: a liberdade como objeto de proteção no habeas corpus.....	1296	19. Habeas corpus como sucedâneo	
4.1.3. Hipóteses de constrangimento ilegal (art. 648, CPP).....	1300	de revisão criminal.....	1339
4.2. Interesse de agir.....	1306	SUBSEÇÃO II	
4.3. Legitimidade.....	1307	MANDADO DE SEGURANÇA.....	1340
4.3.1. Legitimidade ativa.....	1307	1. Considerações iniciais.....	1340
4.3.2. Legitimidade passiva.....	1309	2. Natureza jurídica e cabimento	
5. Relação jurídica do habeas corpus		geral do mandado de segurança.....	1340
e intervenção de terceiros.....	1310	3. Cabimento do mandado de	
6. Pressupostos processuais.....	1312	segurança contra decisão judicial.....	1341
7. Competência.....	1313	3.1. Mandado de segurança contra ato	
8. Procedimento (características).....	1316	jurisdicional irrecurável.....	1342
9. Medida liminar.....	1317	3.2. Mandado de segurança contra ato judicial	
9.1. Cabimento.....	1317	sujeito a recurso sem efeito suspensivo.....	1344
9.2. Impugnação da decisão de indeferimento do pleito de medida liminar.....	1319	4. Recurso ordinário em mandado	
10. Indeferimento liminar		de segurança.....	1348
do habeas corpus pelo relator		4.1. Recurso ordinário em mandado	
e sua impugnação.....	1320	de segurança para o Superior Tribunal	
11. Concessão ou denegação da ordem		de Justiça (art. 105, II, b, CF).....	1348
em decisão monocrática do relator.....	1322	4.2. Recurso ordinário em mandado	
		de segurança para o Supremo Tribunal Federal	
		(art. 102, II, a, CF).....	1349

SUBSEÇÃO III	
REVISÃO CRIMINAL	1350
1. Coisa julgada e rescisão da sentença.....	1350
1.1. Justiça e segurança.....	1350
1.2. Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	1351
1.3. Coisa julgada pro et contra, coisa julgada secundum eventum Litis e coisa julgada secundum eventum probationis.....	1352
1.4. Desconstituição da coisa julgada.....	1352
1.5. Proibição da revisão criminal pro societate.....	1353
2. Natureza jurídica.....	1353
3. Juízo rescindente e juízo rescisório.....	1354
4. Condições e pressupostos de admissibilidade da ação revisional.....	1354
4.1. Legitimidade.....	1354
4.1.1. Legitimidade e capacidade postulatória.....	1354
4.1.2. Legitimidade do Ministério Público?.....	1355
4.2. Interesse de agir.....	1356
4.3. Cabimento.....	1357
4.3.1. Revisão de sentença condenatória ou absolutória imprópria.....	1357
4.3.2. Revisão do veredicto do Tribunal do Júri.....	1358
4.4. Hipóteses de cabimento.....	1359
4.4.1. Contrariedade a texto expresso de lei ou à evidência dos autos (art. 621, I, CPP).....	1360
4.4.2. Prova falsa como fundamento da sentença rescindenda (art. 621, II, CPP).....	1363
4.4.3. Superveniência de prova em favor do condenado (art. 621, III, CPP).....	1364
4.5. Desnecessidade de recolhimento à prisão.....	1366
5. Competência.....	1366
6. Procedimento e decisão.....	1368
7. Ônus da prova.....	1371
8. Indenização por erro judiciário (art. 630, CPP).....	1371
REFERÊNCIAS	1373